

PSD p.10

PSD interpela ministra do Mar sobre a greve dos estivadores



Parlamento p.14

Majoria de esquerda revela "tiques de totalitarismo"

POVO LIVRE



nº 1924

25 de maio de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Valorizar os recursos dos territórios de baixa densidade populacional

Pedro Passos Coelho esteve em Trás-os-Montes nos dias 22 e 23 de maio



Jornadas em Trás-os-Montes

Valorizar os recursos dos territórios de baixa densidade populacional

A avaliação dos seis meses de atividade do Governo é preocupante. Pedro Passos Coelho faz um balanço muito negativo do que tem sido a ação do executivo do PS. “Objetivamente, as coisas não estão a correr bem. Este Governo tinha prometido um crescimento do emprego e da economia e aquilo a que se assiste é o inverso”, alertou o líder social-democrata, durante um jantar com personalidades de vários setores de atividade, 22 de maio, em Bragança.

A economia tem revelado uma característica particular, que é a inversão do que se esperaria no investimento. “Não se percebe por que é que o governo assiste impávido à greve dos estivadores. A perda para as exportações e para o porto de Lisboa será significativo, e não sair desta inatividade coloca em causa o interesse nacional”, destacou o presidente do PSD, defendendo que o Governo deve corrigir a estratégia económica que tem vindo a seguir. Um dos sinais alarmantes é o fato de Portugal estar a crescer menos do que a média europeia, e, olhando para o resto do ano, percebe-se que a economia portuguesa não crescerá tanto como no ano passado.

Pedro Passos Coelho desafiou, por isso, o Governo a reunir com os partidos que o sustentam na Assembleia, para olharem para os resultados e retirarem as devidas conclusões. “Quem governa deve olhar para os resultados e corrigir quando é preciso”, disse.



Governo destruiu 60 mil empregos

Pedro Passos Coelho apresenta números concretos: o Governo destruiu quase 60 mil empregos em seis meses. O líder social-democrata afirmou que “só no último trimestre (entre janeiro e março) perderam-se 48 mil postos de trabalho” em Portugal. “Se alargarmos este comparador até novembro do ano passado (data da tomada de posse do Governo PS) a destruição de emprego pode atingir quase 60 mil”, acrescentou, salientando que a promessa socialista era “criar 35 mil empregos ao longo do ano de 2016”.

Para Pedro Passos Coelho, “não se pode falar da importância da valorização do território, se a estratégia que o país seguir for errada”. E indicou que Portugal “cresceu, de janeiro a março, metade que a União Europeia”. “Temos hoje a certeza de que por melhor que as coisas corram não conseguiremos ver a economia portuguesa crescer tanto como o ano passado”, afirmou.

Na opinião de Passos Coelho, “a única coisa que se alterou foi a mudança do Governo em Portugal” e desafia o PS e a maioria parlamentar de esquerda (BE e PCP) a, “em vez de fazer uma retórica para esconder esses resultados, que altere a estratégia para corrigir estes resultados”. “Era importante que os partidos todos da maioria se reunissem rapidamente para rever a sua estratégia. Que se reúnam os três (partidos), olhem para os resultados que estão a ser atingidos e tirem conclusões”, desafiou.

Pedro Passos Coelho explicou que iniciativas como as Jornadas da Valorização do Território pretendem dar a conhecer ao país as medidas que o PSD propôs na Assembleia da República e que os partidos da maioria “decidiram reprovar sem qualquer discussão”.



Suspensão da fusão das águas impedirá a sustentabilidade financeira das Águas de Portugal

No dia 23 de maio, em Bragança, o presidente do PSD censurou a decisão do Governo socialista de interromper o processo de fusão das empresas das águas por considerar que vai comprometer a sustentabilidade do setor.

Passos Coelho subiu à Serra de Montesinho, em Bragança, no segundo dia das Jornadas da Valorização do Território em Trás-os-Montes, e visitou a Estação de Tratamento de Águas (Etar) por onde passa o abastecimento à população da cidade. O equipamento, inaugurado há quase 20 anos, pela então ministra socialista do Ambiente, Elisa Ferreira, como a esmagadora maioria dos existentes no país, faz parte da polémica da fusão das empresas, cuja reversão mereceu uma forte crítica por Passos Coelho.

O ex-ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, que conduziu a reforma, acompanhou o líder do PSD nesta visita e explicou que além das cinco empresas que resultaram da fusão anterior, o Governo PS quer criar mais seis, num total de onze.

Para o presidente do PSD, “a reversão deste processo de reforma tornará mais difícil que no conjunto do país, a empresa Águas de Portugal tenha a devida sustentabilidade financeira, dado que há, não apenas pelo passado um passivo, mas, sobretudo para futuro há uma escala de novos investimentos que ganharia em ser avaliada de acordo com a consolidação que estava em curso e que agora foi prometido ser interrompida”.

Passos Coelho considera que a reforma do anterior Governo “permitia tornar acessível o abastecimento de água a custos mais compatíveis e mais equitativos no interior do país, onde os investimentos se multiplicam, tornam-se mais caros e servem muito menos habitantes, o que significa que por habitante o custo destes investimentos é muito mais elevado do que no litoral”.

A agregação de todas estas empresas permitia, segundo ainda disse, “o funcionamento, uma espécie peri equação, que tornava mais acessível o custo da água por habitante no interior do país”.

“Por outro lado, dava também mais sustentabilidade e rentabilidade a todos os investimentos que ganhariam uma escala muito maior até porque estes investimentos são muitos pesados, sobretudo em alta”, afirmou.

O ex-primeiro-ministro lembrou que estes equipamentos “precisam de investimentos de manutenção e de substituição ao longo dos anos” e a agregação “dá outra massa crítica, outra escala aos próprios investimentos”.





Governo tem discurso incoerente sobre reposição das 35 horas

Comentando a posição do Governo sobre a reposição das 35 horas na Função Pública, o líder do PSD considera o discurso do Executivo “incoerente”, “com versões diferentes do ministro das Finanças e do primeiro-ministro”. “Era importante saber se realmente o Governo tem uma posição sobre essa matéria porque ouvimos o ministro das Finanças ou o primeiro-ministro e não concluímos a mesma coisa daquilo que eles dizem”.

Para Passos Coelho, “há áreas, sobretudo ao nível da saúde em que o impacto desta medida pode fazer resvalar as contas”, porém, ouvindo o ministro das Finanças percebe-se que “os impactos orçamentais ainda não estão totalmente estudados”, já para o primeiro-ministro “dá impressão de que estes aspetos não têm nenhuma relevância”.

O líder social-democrata apontou ainda que António Costa vem dizendo que a aplicação desta medida se fará, ao contrário do que diz Mário Centeno, a toda a Função Pública, tirando casos muito especiais ou pontuais, mas que Passos não percebe se “serão exceção, se serão a norma em muitos dos setores das Administração Pública”: “Portanto, aquilo que se exigiria nesta altura era que o Estado tivesse um discurso que fosse coerente e que se percebesse.”

Relativamente aos custos que a medida possa ter do ponto de vista da execução orçamental, Passos Coelho admitiu que poderão eventualmente ser compensados com outras poupanças. “O que é preciso é saber o que é que o Governo quer e nesta altura não se sabe. A gente não consegue perceber exatamente se o que conta é a opinião do primeiro-ministro ou do ministro das Finanças, ou do ministro da Saúde ou de qualquer outro”, insistiu.

O presidente do PSD alertou no entanto que “é possível que estas medidas vão complicar as contas públicas porque o problema do país é de médio e longo prazo, é um problema de sustentabilidade das Finanças Públicas”.

“Todas as medidas podem ser adotadas desde que se insiram dentro de uma estratégia global que garanta o equilíbrio das contas públicas e isso não é só uma exigência de Bruxelas, isso deveria ser uma exigência nossa do país”.

Isto porque, continuou, enquanto Portugal não tiver contas equilibradas corre riscos de financiamento quer para o Estado, quer para as empresas quer para a economia em geral.

Apontou ainda a possível consequência de “impostos maiores no futuro ou um agravamento de impostos no curto e no médio prazo”.



Governo recuou perante protestos dos colégios privados

O presidente do PSD acusou o Governo de recuar nos cortes dos contratos de associação perante os protestos e depois de ter publicado a lista com os colégios privados que perdiam o apoio. Passos Coelho afirmou que depois de o Governo socialista ter publicado uma lista das escolas que deixariam de poder ter financiamento do Estado, “o primeiro-ministro, em face dos protestos, já veio dizer que cada caso será um caso e que tudo será estudado, mas entretanto já foi tomada a decisão de dizer quais são as escolas que não vão ter esses contratos”.

“Das duas uma: ou o primeiro-ministro está a falar para fazer de conta que já não está tudo decidido ou não está tudo decidido realmente e cada caso agora será estudado e não se percebe porque é que agora foi publicada a lista”, acrescentou.

O líder do PSD entende que “vai ser preciso muito bom senso nesta matéria e ele não tem existido do lado do Governo”.

E lembrou que “os contratos de associação não foram decididos à pressa, nem sequer pelo último Governo”, mas que “são contratos que existem há muitos anos”.

Por considerar que “nem todos no passado foram atribuídos com transparência”, o anterior Governo que chefiou lançou “um concurso público a que todas as



escolas se puderam candidatar e a expectativa real era que durante três anos pudesse haver um conjunto de turmas autorizadas pelo Estado”. “Era uma garantia de estabilidade que o Estado dava às instituições uma vez que lhes impôs redução substancial do financiamento que estava ligado a esses contratos do Ensino Particular e Cooperativo”, considerou o ex-primeiro-ministro.

Para o líder da oposição, “começa a ser um bocadinho excessivo o modo como, quer o atual primeiro-ministro, quer o Governo culpam o passado, o Governo anterior por tudo aquilo que são problemas que eles próprios estão a trazer com as decisões que tomam”.

“Hoje, percebemos que o Governo quando o ministro da Educação fez um determinado despacho para regular os contratos de associação para o próximo ano tomou uma decisão que não estudou”, afirmou.

Passos Coelho enumerou ainda que “não sabe se a rede do Estado pode absorver aquelas turmas, quanto é que isso vai custar, que desemprego é que pode ocasionar nas escolas que tenham contrato de associação, que perdas é que pode trazer para as próprias comunidades, para as famílias e para os estudantes”.

“Nada disto foi estudado”, insistiu.

Passividade do Governo no conflito dos estivadores prejudica o país

Pedro Passos Coelho afirmou também não compreender “a passividade do Governo” socialista no conflito dos estivadores do porto de Lisboa e pediu para evitar consequências negativas como o anunciado despedimento coletivo. “Não compreendo a passividade que o Governo tem mostrado nesta matéria”, afirmou o líder social-democrata, afirmando que o executivo podia ter adotado medidas políticas, inclusive a requisição civil para evitar que o problema “chegasse tão longe”.

O presidente do Partido recorda que, ainda em dezembro, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, “fez declarações que apontavam no sentido de que este problema estaria solucionado”. “Passaram-se vários meses, é conhecida a estratégia que tem vindo a ser anunciada pelo próprio sindicato, a penalização para as nossas exportações tem sido muito evidente e não tenho dúvida, no fim ainda restará um cenário tão perverso quanto é o de poder conduzir até ao despedimento dos próprios trabalhadores, o que significa portanto que não é a racionalidade que está aqui a ser salvaguardada.”

O presidente do PSD falava em Chaves, no distrito de Vila Real, no final das jornadas da Valorização do Território em Trás-os-Montes, referindo ainda que “há medidas de políticas que deviam já ter sido adotadas, em devido tempo”, para evitar que se chegasse “tão longe quanto se chegou” no caso do porto de Lisboa.



“Por exemplo, o Governo não podia cruzar os braços e dizer apenas que aguarda que o entendimento seja alcançado, quando se ultrapassam certas barreiras, há mecanismos que o Governo pode adotar intervindo sobre estas situações, o último dos quais a requisição civil”, observou.

Para Passos Coelho, “o que parece é que o Governo, para não desagradar ao sindicato dos estivadores deixou chegar longe demais o conflito que agora tem perdas que são irreparáveis mesmo para os operadores e para a economia nacional”.

O líder do PSD não tem dúvidas de que “essas consequências negativas podiam ter sido evitadas se o Governo não tivesse cruzado os braços e não tivesse ficado à espera de simplesmente por milagre o entendimento pudesse ser alcançado quando era muito claro há muito tempo que, do ponto de vista político, não havia espaço para que esse entendimento ocorresse naturalmente”.

Os operadores do porto de Lisboa anunciaram que avançaram na segunda-feira com os trâmites para o despedimento coletivo que poderá abranger os 320 trabalhadores, por há mais de um mês o porto estar paralisado por causa da greve dos estivadores.



Périplo por Trás-os-Montes



O presidente do PSD esteve no Domingo e na segunda-feira na região de Trás-os-Montes, onde contactou com representantes académicos, empresários e agricultores, e visitou equipamentos, apelando a políticas específicas para valorizar os recursos dos territórios de baixa densidade populacional. O objetivo foi partilhar a visão do PSD sobre a necessidade de se prosseguirem as reformas estruturais nestes territórios menos povoados, para que se chegue a “um ciclo de crescimento efetivo, sustentável, duradouro, capaz de gerar emprego e capaz também de ter saúde e garantir saúde financeira do Estado”. No domingo, Pedro Passos Coelho jantou em Mirandela com personalidades de vários setores de atividade do distrito de Bragança. Na segunda-feira, 23 de maio, visitou a Estação de Tratamento de Águas (Etar), na Aldeia de França, em Bragança. Reuniu depois com a reitoria da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), na qual também estiveram representantes do setor vitivinícola. À tarde, participou num encontro com o setor agrícola de Valpaços e visitou a empresa Stelleg, situada no Parque de Atividades Empresariais, em Chaves. Durante estas deslocações o presidente fez-se acompanhar pelo vice-presidente Jorge Moreira da Silva e pelos deputados eleitos pelos distritos de Vila Real (Luís Leite Ramos, Luís Pedro Pimentel e Manuela Tender) e de Bragança (Adão Silva e José Silvano).



Marco António Costa em Monção

O vice-presidente do Partido Social Democrata Marco António Costa participou na tomada de posse dos órgãos da Seção do PSD de Monção, sábado, 21 de maio de 2016.





José Matos Rosa em Santarém

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, esteve na sessão de inauguração da nova sede do PSD de Santarém, segunda-feira, 23 de maio de 2016.





PSD interpela ministra do Mar sobre a greve dos estivadores

O PSD vai requerer a presença da ministra do Mar no parlamento para pedir esclarecimentos sobre as medidas do Governo para “garantir os serviços mínimos” e minimizar os prejuízos para a economia na sequência da greve dos estivadores. “[Para] vir justificar o que tem sido feito, quais as medidas que o Governo entende tomar para garantir serviços mínimos e garantir que este abastecimento não é posto em causa e sobretudo para que as empresas e a economia portuguesa não sejam mais penalizadas”, revelou o deputado Luís Leite Ramos, em declarações aos jornalistas, no parlamento, 20 de maio.

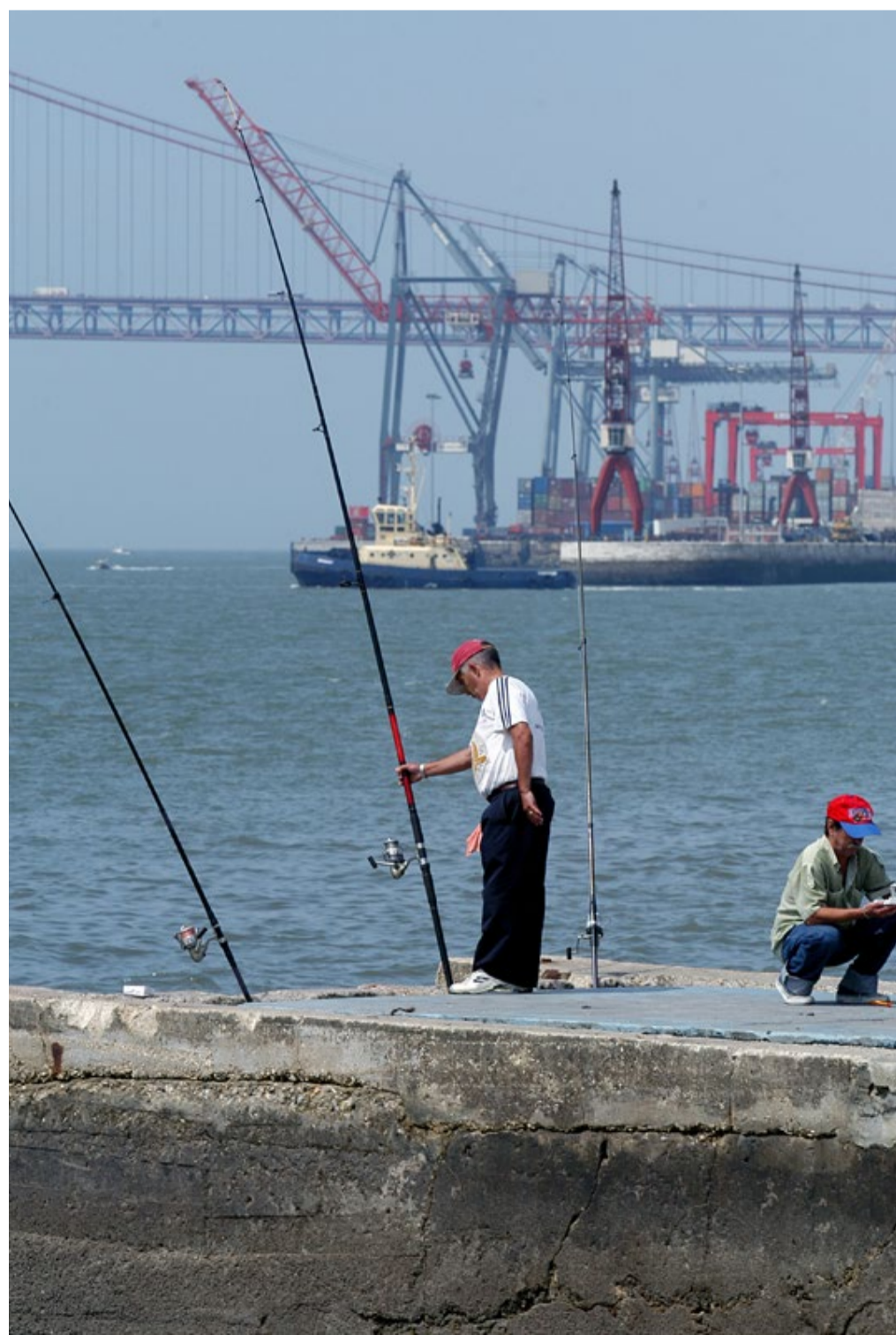
O requerimento do PSD visa a audição de Ana Paula Vitorino na comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e na comissão de Agricultura e Mar.

Luís Leite Ramos assinalou que “foram excessivas” as declarações de Ana Paula Vitorino em janeiro dizendo que “acabaram as greves do Porto de Lisboa”. “Passados estes meses verificamos que estas declarações eram excessivas e que as expectativas do Governo foram defraudadas e que uma nova onda de greves está a pôr em causa não só o funcionamento do porto de Lisboa - já afugentou uma série de operadores - mas está a pôr em causa o abastecimento aos Açores e à Madeira, nomeadamente os bens alimentares”, frisou.

O deputado apelou ainda aos estivadores para que “terminem a greve a bem do país”, por considerar que a paralisação “em modo algum beneficia a economia portuguesa”.

A este propósito, o presidente do Governo Regional da Madeira transmitiu também ao ministro da Economia, as preocupações da região relativamente às consequências para a economia regional da greve dos estivadores no Porto de Lisboa. Miguel Albuquerque defendeu a necessidade de haver um “regime de exceção” para as regiões autónomas: “Estamos dependentes das operações portuárias e as nossas necessidades dependem disso”.

O Sindicato dos Estivadores emitiu um novo pré-aviso de greve, em 28 de abril, para o porto de Lisboa, com incidência nos portos de Setúbal e da Figueira da Foz, que prolongou a paralisação até ao dia 27 de maio. Já em 12 de maio foi anunciado o prolongamento da greve até 16 de junho.



Governo socialista “não pode travar o desenvolvimento” do Arsenal do Alfeite

Deputados do PSD entregaram no parlamento um projeto de resolução sobre a Arsenal do Alfeite, defendendo que o atual Governo socialista “não pode travar o desenvolvimento da empresa”. O deputado do PSD, eleito pelo distrito de Setúbal, Bruno Vitorino adianta, em comunicado, que entre 2009 e 2011 se assistiu a uma “descapitalização e ao desinvestimento do Arsenal por causa das políticas do Governo socialista de José Sócrates”.

“Em 2010, o Governo de então desviou 17 milhões do Arsenal do Alfeite para aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Com isto, descapitalizou o Arsenal e não resolveu os problemas em Viana do Castelo, cujos prejuízos acumulados eram superiores a 250 milhões de euros”, considera.

Em 2009, o Ministério da Defesa Nacional extinguiu o Arsenal do Alfeite – estaleiro fabril da Marinha Portuguesa criado em 1937 - para criar a sociedade anónima com o mesmo nome, com capitais exclusivamente capitais, que integra o “cluster” naval da Empordef (‘holding’ das indústrias de defesa portuguesas).

O deputado do PSD destaca que o Governo PSD/CDS-PP “reverteu a situação deixada pelo PS”, tendo definido uma estratégia para o Arsenal que permitiu apostar na sua modernização e internacionalização.

“A devolução de quatro milhões de euros pelo Governo anterior foi o início de um processo de devolução total da verba retirada pelo Governo socialista ao Arsenal do Alfeite, mas que já permitiu iniciar um conjunto de investimentos, com vista à modernização das instalações, tornando a empresa mais competitiva”, explica.

Bruno Vitorino sustenta que o Governo anterior “definiu uma estratégia, garantiu contratos com a Marinha Portu-



guesa, internacionalizou o estaleiro, deu início ao processo de devolução da verba que o PS tinha retirado, começou os necessários investimentos na sua modernização e contratou novos trabalhadores, para além de apresentar resultados financeiros positivos”.

O PSD espera agora que o Governo socialista apoiado pelo BE e pelo PCP “continue a devolução da verba ao Arsenal do Alfeite, único processo que permite a moderni-

zação dos estaleiros e o aumento da sua competitividade, e que não trave o processo em curso de contratação de novos trabalhadores”.

A empresa, sediada em Almada, dedica-se à construção e reparação naval, a serviços de engenharia e à manutenção industrial.

Hipocrisia política do PS de Castelo Branco



A distrital de Castelo Branco do PSD acusa o PS de “hipocrisia política”, uma vez que para os socialistas a “abolição das portagens nas antigas vias sem custo para o utilizador (Scut) sempre esteve afastada”. “Após ter aumentado as portagens logo no início do ano, mesmo depois de ter andado a prometer reduzi-las durante toda a campanha eleitoral, o PS e os seus apoiantes parlamentares voltaram a evidenciar a mais elementar hipocrisia política e um total desrespeito pelos cidadãos, pois, para o PS, sempre esteve afastada a hipótese de abolição das portagens”, refere em

comunicado a Comissão Política Distrital de Castelo Branco do PSD, dia 18.

Os sociais-democratas sublinham que se não existe consenso sobre a questão das portagens entre os três partidos (PS, PCP e BE), “fazer este tipo de pantominas da apresentação de projetos que já combinaram entre eles que serão chumbados pelos próprios partidos que apoiam o governo só pode significar um total desrespeito pelos cidadãos”.

“Para PS, PCP e BE, a democracia e as legítimas expectativas dos cidadãos são algo com que podem brincar impunemente”, afirmam.

O PSD sustenta que se existe entendimento entre as três forças políticas sobre um vasto conjunto de questões, este tipo de iniciativas que apelidam de faz de conta deve “merecer a mais clamorosa censura de todos os que querem a política como uma atividade séria e ao serviço dos cidadãos”.

Adiantam ainda que o mesmo se deve dizer da “atitude combinada” pelos deputados socialistas das várias regiões.

Os sociais-democratas acusam os deputados do PS de terem acertado com a direção do grupo parlamentar que cada um deles iria votar a favor da abolição das portagens, mas só no seu distrito.

“Os deputados [PS] da Guarda, depois de terem combinado que as medidas eram chumbadas por todos os outros deputados do seu grupo parlamentar, fizeram a pantomina de votar a favor da abolição das portagens, mas só no seu distrito, pois em todos os outros já foram a favor da sua manutenção, a mesma pantomina tendo feito todos os restantes deputados do PS, incluindo os de Castelo Branco”, sublinham.

E concluem que destas atitudes apenas pode resultar a conclusão de que para todos os partidos da coligação parlamentar que sustenta o Governo “não há nem importam os princípios, apenas o taticismo político e o fazer de conta”.

Deputados “tomaram o pulso” à economia e à justiça no distrito de Aveiro



Os deputados por Aveiro do PSD reuniram, dia 23, com a Associação Empresarial de Águeda e com o conselho de gestão da Comarca de Aveiro para expor as propostas do partido para a Justiça e Economia.

De acordo com António Topa, coordenador do grupo de deputados do PSD/Aveiro os encontros tiveram por objetivo auscultar os diversos agentes dos dois setores no distrito e apresentar as 222 propostas que o partido apresentou no âmbito do Programa Nacional de Reformas. “O nosso programa de reformas era substancialmente mais ambicioso do que o que o governo apresentou. Assumimos um compromisso reformista para o país, vertido em 222 propostas, uma boa parte das quais não foram acolhidas, mas fizemos o nosso trabalho”, comentou António Topa.

O parlamentar social-democrata fez um balanço “positivo” das reuniões mantidas: Levámos um conjunto de possibilidades de melhoria, neste caso nas áreas da Justiça e da Economia, que abordaremos em sede própria”. Os responsáveis da Associação Empresarial de Águeda (AEA) diagnosticaram três possibilidades de melhoria: as acessibilidades, o custo da energia e o chamado IVA de caixa.

A ligação rodoviária do concelho à sede do distrito, e, por consequência, aos grandes eixos viários, mantém-se entre as prioridades do setor, a braços com dificuldade para escoar a sua produção.

Quanto ao custo de energia, os representantes dos empresários salientaram a forte implantação do setor das cerâmicas, particular consumidor de energia em função do método de fabrico, e observaram estar a pagar “um dos preços da energia mais elevados da Europa, associado ao IVA de 23 por cento, o que representa uma grande fatura nos custos de produção”.

Outra das prioridades elencadas pela AEA na reunião com os deputados do PSD foi a capitalização das empresas e o IVA de caixa, que permitiria o pagamento do imposto apenas no ato de liquidação da fatura.

No que toca à Justiça, a principal queixa que os deputados ouviram foi de falta de funcionários. “Estima-se que estejam em falta 90, num total de 480, em toda a comarca, sendo que só em Santa Maria da Feira seriam

necessários 19, enquanto Oliveira de Azeméis carece de nove”, salienta o PSD.

Outro problema reportado foi o da dispersão dos serviços, “uma vez que, enquanto há comandas distritais da GNR e da PSP, a Polícia Judiciária divide-se entre as diretorias do norte e do centro, o mesmo se passando com o Instituto de Medicina Legal ou a fiscalização das questões relacionadas com a Segurança Social”.



Casos sociais no Reino Unido merecem uma “resposta mais rápida e eficaz”



Os deputados do PSD eleitos pelo círculo da emigração questionaram o Governo sobre como pensa acompanhar casos socialmente delicados de portugueses residentes no Reino Unido, como a retirada dos filhos. Numa pergunta entregue, dia 19, no parlamento, os deputados social-democratas José Cesário, Carlos Gonçalves e Carlos Páscoa afirmam que nos últimos tempos têm surgido notícias sobre “decisões tomadas pelos tribunais e pelos serviços sociais de diversas cidades inglesas que determinam a retirada de filhos a várias famílias, entre as quais se contam vários casos de portugueses”.

Os sociais-democratas apontam o caso da família Pedro, a quem foram retirados os cinco filhos, há cerca de três anos,

na área de Manchester, e, mais recentemente, a situação relatada por Iolanda Menino, a quem foi retirado, em fevereiro, o filho com nove dias de vida, em Southampton. “Independentemente das razões que poderão assistir às autoridades britânicas, trata-se de ocorrências muito dramáticas que necessitam de uma grande atenção e acompanhamento”, consideram, na pergunta dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

Os deputados apontam que “a gravidade de questões sociais” na comunidade portuguesa no Reino Unido - que no ano passado foi o principal destino da emigração portuguesa - justificou, há quatro anos, a colocação na capital britânica de um adido social, que foi criado o consulado geral em

Manchester, que se atribuiu especial importância ao Reino Unido no âmbito da Campanha “Trabalhar no Estrangeiro” e que se considerou Londres entre as cidades onde o Programa Escolhas deveria ser internacionalizado.

“Porém, o aumento da emigração e a complexidade da integração dos portugueses na sociedade local justificam plenamente um aumento da atenção das nossas autoridades para este país, podendo e devendo melhorar a intervenção no terreno, conjugando medidas e articulando melhor a nossa ação no terreno no contacto com os interlocutores britânicos mais relevantes”, defendem os deputados do PSD.

O PSD pergunta a Santos Silva como pensa o executivo “acompanhar o fenómeno da retirada dos filhos a casais portugueses residentes no Reino Unido, em casos socialmente mais delicados” e se há “algum plano integrado que permita apoiar social e culturalmente os setores mais frágeis desta comunidade”.

Por outro lado, os sociais-democratas querem saber se o Governo pretende prosseguir com o projeto de internacionalização do programa “Escolhas” no Reino Unido, começando por Londres.

José Cesário, que foi secretário de Estado das Comunidades Portuguesas no anterior Governo, indicou que um dos objetivos do programa era fazer uma intervenção social junto da comunidade portuguesa, transmitindo a necessidade de cumprir determinadas regras, tendo em conta a forma de atuação das autoridades britânicas.

Por fim, os deputados perguntam que tipo de parcerias pretende o Governo desenvolver com o movimento associativo da comunidade lusa e com outras organizações não-governamentais de forma a garantir uma “resposta mais rápida e eficaz” a casos como estes.

É “inaceitável” o silêncio do Governo sobre a produção de cereja

A distrital do PSD de Castelo Branco acusou o Governo de manter-se em silêncio sobre o problema que afeta os produtores de cereja da região, situação que considera “absolutamente inaceitável”. “Curiosamente, o Governo tem-se mantido silente sobre esta questão [produtores de cereja], como se o distrito de Castelo Branco e os seus problemas não o incomodassem, o que o PSD considera absolutamente inaceitável”, referiu em comunicado a Comissão Política Distrital do PSD de Castelo Branco do PSD, dia 23.

Os sociais-democratas argumentam com as recentes notícias difundidas pela comunicação social nacional a alertar para o facto de os produtores de cereja da Cova da Beira, Proença-a-Nova e de Oleiros “estarem com problemas muito sérios”. Adiantam ainda que existem pomares em que as quebras na produção ultrapassam os 80% e que algumas variedades mais precoces se encontrarem completamente perdidas.

“As condições climatéricas adversas causaram danos no processo de polinização e, conseqüentemente, no desenvolvimento do fruto. Agora, perturbam a colheita das cerejas, que se deveria ter iniciado no final do mês de abril, mas ainda não começou em alguns locais”, afirmam.

No comunicado, o PSD de Castelo Branco diz que “não se conforma com esta indiferença do atual Governo” relativamente aos problemas da agricultura do distrito e reivindica que a situação seja monitorizada e que sejam aprovadas medidas de apoio aos agricultores, “similares às das outras regiões nas situações de intempéries”.

“Portanto e com este problema, é toda a economia da região que está em causa”, sustentam.

Por último, os sociais-democratas esperam que o Governo “acorde e desista de ignorar a questão” e sublinham que “o distrito de Castelo Branco, para este Governo, também tem de passar a ser Portugal”.



O mau tempo de abril e também do início de maio causou prejuízos para a produção de cereja. Nalguns concelhos, a quebra de produção é de 80%.

Maioria de esquerda revela “tiques de totalitarismo”



O deputado frisou que a maioria de esquerda já tinha rejeitado anteriormente a realização de uma “auditoria externa e independente” no âmbito da comissão de inquérito do Banif.

Luís Montenegro acentuou que a deliberação proposta pelo PSD visava apenas a obtenção de elementos considerados necessários à tomada de decisão política, nomeadamente “os impactos que podem ter determinadas intenções do governo ao nível da comunidade educativa e ao nível da utilização de recursos humanos”.

Estimular o setor do Turismo

O PSD pediu ao Governo para adotar medidas para estimular o turismo em Portugal, aproveitando as potencialidades deste “motor da recuperação económica” e não perdendo o caminho de sucesso que foi trilhado nos últimos anos.

A posição foi assumida pelo líder da bancada parlamentar social-democrata, Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas à margem de uma reunião com a Confederação do Turismo de Portugal, em Lisboa, na qual discutiu um projeto de resolução já entregue no qual recomenda ao Governo que adote medidas que promovam a dinamização e o crescimento do setor, tema que suscitou o agendamento de um debate potestativo do PSD na sexta-feira no parlamento.

“Aquilo que nós pretendemos é olhar para um setor da atividade económica que tem sido motor da nossa recuperação económica e também motor do nosso setor exportador e poder estimulá-lo ainda mais para podermos aproveitar as suas potencialidades, da diversificação da nossa oferta e no aproveitamento de oportunidades do ponto de vista concorrencial”, explicou.

O PSD quer assim estimular a qualificação dos recursos humanos “que encontram uma oportunidade de emprego neste domínio”, visando o projeto de resolução “o reforço das instituições que formam os recursos humanos nesta área”.

“No fundo, é um contributo positivo para que, em tempos em que é necessário nós estimularmos mais a nossa economia, nós podermos acentuar a retoma do crescimento num setor em que é fundamental que se não perca o caminho que também trilhamos nos últimos anos, de termos sucessivamente batido recordes”, justificou.

Na opinião de Luís Montenegro, é preciso “compatibilizar as políticas com aquilo que são os investimentos do setor privado porque o incremento e o dinamismo turístico pressupõe que haja investimento, investidores, empresas que possam potenciar a variedade da nossa oferta”.

“Aquilo que nós pretendemos é que as entidades públicas não percam este potencial e a vontade de investir ao menos no turismo”, apelou.

Entre as propostas apresentadas no projeto de resolução, destaque para a sugestão que se possa “reativar a estrutura governamental transversal que vinha promovendo a eliminação periódica de custos de contexto já devidamente identificados” e a afirmação do “papel do Turismo de Portugal como interlocutor preferencial entre o setor privado e a restante Administração Central”.

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, acusa a maioria de esquerda no parlamento de evidenciar “tiques de totalitarismo”, por ter rejeitado um projeto dos sociais-democratas para estudar os custos do ensino público e privado. “A recusa sistemática desta maioria em fazer estudos, em fazer auditorias, em promover de forma transparente o escrutínio e a preparação das decisões políticas começa de facto a indiciar tiques de totalitarismo, de um poder absoluto, de um rolo compressor de uma maioria que tantas vezes ergue a sua voz para exprimir o apego aos valores da democracia”, criticou.

O deputado falava dia 20, no parlamento, após ter sido rejeitado, com os votos contra do PS, BE, PCP, PEV e PAN, um projeto de deliberação do PSD para “aferir a estrutura de custos do ensino público e do ensino particular e cooperativo com contrato de associação”.

O projeto de deliberação pedia que o Conselho Nacional de Educação desenvolvesse um estudo “rigoroso e abrangente” que permitisse “aferir a estrutura de custos nas escolas estatais e nas escolas do ensino particular e cooperativo que recebem financiamento público, nos moldes que se considerar mais adequados e até ao final do corrente ano”.

Para Luís Montenegro, “é escandaloso o que se está a passar na Assembleia da República” no que toca “à ocultação de elementos para tomar decisões”.





“Associe estreitamente o setor privado à definição, execução e avaliação da componente política de promoção do Destino Portugal, financiada com fundos comunitários, bem como as Agências Regionais de Promoção Turística”, recomendam ainda os sociais-democratas ao Governo.

O PSD quer ainda que o executivo atue para que se centre a ação das Escolas de Hotelaria e Turismo “na inserção profissional, preparando os profissionais do setor do Turismo para atrair, receber e fidelizar turistas” e o setor privado seja envolvido “na definição e preparação da oferta formativa das escolas, de modo a adequá-la às reais necessidades do setor”.

Executivo deve preocupar-se “mais em governar”

O PSD manifestou “satisfação” pela ausência de sanções a Portugal pela Comissão Europeia, desejando que “os portugueses não sejam obrigados a pagar a irresponsabilidade” deste executivo, que se deve “preocupar mais em Governar e menos em sobreviver”. “O PSD olha com satisfação para a circunstância de não ter sido aplicada nenhuma sanção a Portugal, que considerávamos que era absolutamente desadequado e injusto”, disse o líder da bancada parlamentar do PSD, Luís Montenegro.



Sobre o primeiro-ministro ter recusado já que sejam necessárias “medidas adicionais” para cumprir o défice abaixo dos 3%, Luís Montenegro destacou que António Costa “já disse tudo e o seu contrário sobre as medidas adicionais” e por isso não valoriza aquilo que tem sido as suas intervenções.

“Aquilo que eu desejo é que os portugueses não sejam obrigados a pagar a irresponsabilidade das decisões deste Governo com mais impostos, com uma carga de restrição maior”, apelou, considerando que “está mais do que na altura deste Governo afirmar a sua política, de se preocupar mais em Governar e menos em sobreviver”.

Em Bruxelas, o comissário europeu para os Assuntos Económicos, o francês Pierre Moscovici, anunciou que a Comissão Europeia decidiu propor “mais um ano, e apenas mais um ano” a Portugal para colocar o seu défice abaixo dos 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

O colégio de comissários manteve o país sob Procedimento por Déficit Excessivo (PDE), recomendando ao Governo que avance com uma correção duradoura do défice até 2017 e prometendo voltar a olhar para a situação do país em julho.

O líder da bancada parlamentar social-democrata apelidou ainda o atual de Governo de “felizardo” por ter herdado um défice de 3%, desejando ao país e aos portugueses que o executivo “possa ser diligente no sentido de manter uma trajetória positiva de se ter em Portugal reformas estruturais que sustentam o crescimento da economia e que sustentam a consolidação das contas públicas”.

“Os portugueses não querem e não merecem pagar com mais impostos, mais dívida e mais despesa excessiva eventuais erros de governação. Isso deve ser evitado e é esse

o desafio que está diante deste Governo, com as dúvidas que são suscitadas, mas nós não desejamos o mal os portugueses. Nós queremos mesmo que o país seja capaz de cumprir essas metas, apesar das dúvidas que temos”, insistiu.

Para Luís Montenegro, “a perspectiva do primeiro-ministro tem sido tão errática” que não “parece ter muita credibilidade”, considerando que é preciso “aguardar pela execução do orçamento”.

“Já sabemos que o senhor primeiro-ministro se vai adaptar às circunstâncias que tem em cada momento. É assim que ele tem feito, mais ou menos como nas 35 horas [de trabalho semanal]”, atirou ainda.

Recorde-se que o líder do PSD destacou um “esforço notável para diminuir o défice” que os portugueses fizeram nos últimos anos, um “esforço coletivo que não teria nenhuma justificação de ser suscetível da aplicação de qualquer sanção que pudesse discriminar negativamente o nosso país”.

“Nós entendemos que está na mãos do Governo poder responder aquilo que é a perspectiva de concretização dos objetivos e das metas que estão traçados”, responsabilizou, evidenciando as várias dúvidas, incertezas e riscos acerca da estratégia do Governo que tem sido anotadas por diferentes entidades.

Luís Montenegro esteve no dia 20 de maio, na sessão de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD de Valença.

Substituição de funcionárias no consulado de Estugarda irá prejudicar o atendimento à comunidade portuguesa

Deputados do PSD questionaram o Governo se vai garantir a “rápida substituição” de duas funcionárias do ‘call center’ do consulado de Estugarda, Alemanha, cuja saída vai “aumentar as dificuldades de atendimento” à comunidade portuguesa. Os deputados Carlos Alberto Gonçalves (eleito pelo círculo da Europa) e José Cesário e Carlos Páscoa Gonçalves (fora da Europa) afirmam que a saída das duas funcionárias, verificada no final de abril, “é difícil de compreender num posto consular que tem enormes limitações no plano dos recursos humanos”.

Num requerimento entregue no parlamento e dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, os sociais-democratas – entre os quais José Cesário, anterior secretário de Estado das Comunidades - consideram

que esta saída vai “certamente aumentar as dificuldades de atendimento à importante comunidade portuguesa residente naquela área consular”.

“A solução da contratação através da empresa de trabalho temporário que é responsável pelo ‘call center’ deveria garantir a imediata substituição das referidas funcionárias, nos termos em que tal acontece noutros postos, não se compreendendo que tal não se verifique em Estugarda”, referem os deputados.

Os deputados perguntam ao ministro por que razão não foi feita a “rápida substituição” das trabalhadoras e qual a solução que o Governo está a preparar para resolver o problema.

Deputados reuniram com a Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal

Os deputados do PSD visitaram a Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal (APDP), no dia em que esta assinalou o 90.º aniversário. A comitiva, liderada pelo líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, incluía ainda o presidente da Comissão de Saúde, José Matos Rosa, o vice-presidente da bancada do PSD responsável pela área da saúde, Miguel Santos e a coordenadora dos deputados do PSD na Comissão de Saúde, Ângela Guerra. Os sociais-democratas associaram-se às cerimónias comemorativas e assistiram ao anúncio, por parte do Presidente da República, da atribuição da Ordem de Mérito à APDP. Recorde-se que a Ordem do Mérito destina-se a galardoar atos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade.



Mais verbas europeias para a economia açoriana

O líder do PSD/Açores afirmou que se vencer as próximas eleições legislativas regionais vai reafectar as verbas comunitárias para que os empresários e a sociedade tenham um maior acesso aos apoios, em detrimento das entidades públicas.

“Vamos reafetar as verbas relativas ao Programa Operacional dos Açores 2014-2020 [PO Açores 2020] para que os empresários e a sociedade civil tenham um acesso significativo aos fundos europeus e deem a sua imprescindível contribuição para o desenvolvimento da região”, declarou Duarte Freitas.

O dirigente social-democrata, que falava em conferência de imprensa em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, no final das jornadas parlamentares dos deputados do PSD ao Parlamento Europeu, quer que haja uma “distribuição equilibrada” dos cerca de 1.500 milhões de euros de fundos comunitários de que a região vai beneficiar até 2020.

Duarte Freitas considerou ser “essencial acabar com o sufoco da governação socialista”, que fez com que o Governo dos Açores e outras entidades públicas “tenham gerido 80% dos fundos comunitários” de que a região beneficiou entre 2007 e 2013, ficando a sociedade civil “apenas com migalhas”.

Os Açores “continuam com várias dificuldades” na sociedade e economia da região, sublinhou, exemplificando com o desemprego “muito elevado”, uma saúde que “tem piorado”, uma educação com “indicadores trágicos”, umas pescas “com problemas” e o “coração da economia”, a produção leiteira, “em risco”.

“Com os fundos comunitários que temos e tivemos ao nosso dispor, exige-se muito mais”, afirmou Duarte Freitas.

No seu entender, neste período de 20 anos de poder socialista, em que o executivo “recebeu tanto dinheiro”, deveria haver resultados “bem melhores para os açorianos”.

O eurodeputado Carlos Coelho defendeu, por seu turno, que é necessário “dar mais espaço à economia e sociedade civil dos Açores e menos aos serviços públicos”, referindo que houve “demasiada sofreguidão do poder político para puxar para si os recursos comunitários”, gastando-se “demais no setor público” e menos na economia”.

O parlamentar apontou que o que gera emprego e crescimento económico é uma “economia saudável”, devendo haver um “maior estímulo à economia e um menor apetite dos serviços públicos em gastar todo o cêntimo que vem de Bruxelas”.

No capítulo da produção leiteira, Carlos Coelho declarou que os eurodeputados do PSD estão a trabalhar para criar um mecanismo de compensação pela baixa do preço do leite no mercado, quando este atingir um determinado valor, considerando que no caso específico dos Açores, pela dimensão económica e social deste produto, a “ameaça é real”.

As jornadas parlamentares dos deputados do PSD no parlamento Europeu tiveram lugar nos Açores nos dias 18 e 19 de maio.



Há 200 enfermeiros desempregados nos Açores

O líder do PSD/Açores manifestou-se também preocupado com a existência de cerca de 200 enfermeiros desempregados nos Açores, número de profissionais que serão necessários no Serviço Regional de Saúde, e por terem emigrado 129 destes profissionais nos últimos anos.

“Isso deixa-nos também preocupados porque há uma cadência de formação de cerca de 100 enfermeiros por ano, com necessidades do Serviço Regional de Saúde também referidas pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros de cerca de 200”, declarou Duarte Freitas.

O dirigente social-democrata falava aos jornalistas após um encontro em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, com a direção da Ordem dos Enfermeiros da região e defendeu a necessidade de ser feito “um esforço não só para adequar a formação destes profissionais, mas para evitar que possam emigrar, porque são formados” na região.

Duarte Freitas preconiza ainda que se deve dotar “o Serviço Regional de Saúde efetivamente e não em termos de precariedade”.

O líder regional dos Açores do PSD afirmou que, caso seja presidente do executivo açoriano na sequência das eleições legislativas regionais deste ano, pretende que a Ordem dos Enfermeiros seja um “parceiro fundamental” na definição das políticas de saúde futuras e no trabalho que há que desenvolver para “melhorar a prestação de cuidados de saúde aos açorianos”.

“Será sempre uma preocupação comigo como presidente do Governo dos Açores ter um diálogo próximo com a Ordem dos Enfermeiros e todos os agentes que estão à volta da área da saúde que possam contribuir positivamente para atender melhor os açorianos, alguns dos quais com enormes dificuldades no acesso ao Serviço Regional de Saúde”, disse.

O responsável pela Ordem dos Enfermeiros nos Açores, Luís Furtado, defendeu, por seu turno, a necessidade de haver um pacto de regime entre todos os partidos com assento parlamentar além do período de vigência de uma legislatura.

Negligência do governo regional no Porto de Pescas da Praia da Vitória

O PSD/Açores considera que o Porto de Pescas da Praia da Vitória “é um exemplo concreto da negligência do Governo Regional”, nomeadamente “pela falta de condições para reparação e manutenção de embarcações. Uma falha que se deve, única e exclusivamente, à negligência do governo face ao setor das pescas”, acusa o deputado Paulo Ribeiro.

De acordo com o social-democrata, aquele porto “mostra bem como este governo adia investimentos e soluções, mesmo quando os valores em causa são baixos e as obras anunciadas são de aparente execução rápida, como é o caso do armazém para reparação e manutenção de embarcações”.

Paulo Ribeiro adianta que o processo de construção do armazém “teve início há cinco anos, mas não chegou a ser concluído, faltando executar a cobertura. Cinco meses, era o prazo previsto para a sua execução”, sublinha.

“Enquanto isso, os pescadores da Praia da Vitória têm

que recorrer a soluções alternativas para repararem as suas traineiras de maior porte. Soluções mais onerosas e menos práticas como deslocar as embarcações para os estaleiros da Madalena do Pico”, adianta.

“Quanto ao Governo Regional, justifica-se com outros investimentos, como o ‘travel lift’ adquirido para o porto de pescas da Praia da Vitória que, curiosamente, não consegue entrar no armazém”, expressou Paulo Ribeiro, acrescentando que “a dúvida está instalada, porque ou o ‘travel lift’ é demasiado grande para o armazém, ou o armazém é demasiado pequeno para o ‘travel lift’”.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata questiona a tutela sobre a conclusão do referido armazém, e quer saber se, “considerando a inoperacionalidade verificada, está prevista alguma solução para que se possa proceder à reparação e à manutenção das embarcações naquele porto”.



“Também se questiona o governo sobre a existência de medidas que apoiem os pescadores da Praia da Vitória na sua deslocação aos estaleiros da Madalena”, acrescenta Paulo Ribeiro, lembrando que o número de pescadores no porto em causa passou de 200 para 50, nos últimos anos”, concluiu o deputado do PSD/Açores.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1014 • 22 DE MARÇO 1995 • PREÇO 100\$00

Incentivos à criação de emprego

Postos de trabalho para jovens e desempregados de longa duração

8



Fernando Nogueira: Portugal com a África lusófona e o Brasil

Fernando Nogueira declarou no final de uma audiência com o Presidente de S. Tomé e Príncipe que vai ter a curto prazo em Lisboa um encontro com os embaixadores dos países africanos lusófonos e do Brasil.

«Entendo que a cooperação com África e o Brasil é um factor estratégico fundamental para Portugal», disse o líder do PSD, no final do seu encontro, na segunda-feira, em Lisboa, com o Presidente são-tomense, Miguel Trovoada.

«As nossas relações com África não podem ser encaradas apenas como património histórico, têm de ser encaradas como um activo para o futuro», acrescentou Nogueira, que se encontrava acompanhado pelo Secretário-Geral do PSD, Azevedo Soares.

«Para Portugal, e para a identidade nacional portuguesa é muito importante não apenas a Europa mas também as relações que temos com outros Continentes e que devemos afirmar e desenvolver num mundo global e cada vez mais independente.»

«A minha aposta estratégica é a afirmação de Portugal no Mundo». Fernando Nogueira acrescentou que «gostaria de ver desenvolvida a ideia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.»

Carlos Encarnação
Director
do «Povo Livre»



Assume, a partir deste número, a direcção do «Povo Livre», o Dr. Carlos Encarnação, na sequência da designação feita pela Comissão Política Nacional do PSD.

Carlos Manuel de Sousa Encarnação nasceu em Almedina, Coimbra, a 30 de Setembro de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Foi assessor do Centro de Informática da Universidade de Coimbra, consultor da Associação de Informática da Região Centro e assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Da sua actividade política destaca-se:

Membro da Comissão Administrativa da Junta Distrital de Coimbra (1976); Deputado à Assembleia da República (1979, 1987-1990, 1991); Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (1979-1980, 1982-1984); Governador Civil de Coimbra (1980-1981); Secretário de Estado da Administração Interna (1981-1982); Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD; Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação; Membro das Comissões Parlamentares de Direitos, Liberdades e Garantias, Revisão Constitucional e Acompanhamento da Situação em Timor-Leste; Secretário de Estado Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (1990-1991).

Desde 1991 é Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

Comunicado da Comissão Política Nacional

PSD luta pela estabilidade da vida portuguesa

8



Uma campanha poluída de mentiras sobre prospeção de petróleo no Algarve

Jorge Moreira da Silva (*)

Tenho 20 anos dedicados ao combate às alterações climáticas, proteção do ambiente e promoção das energias renováveis, tanto no plano nacional como europeu e internacional. As reformas que liderei, nos últimos anos, não só deram resultados práticos - reforma das águas, reestruturação dos resíduos, reforma do ordenamento do território, da reabilitação urbana e do arrendamento, licenciamento único ambiental, garantia de reforço das interligações energéticas europeias, corte de quatro mil milhões de euros nas rendas da energia, promoção das renováveis na eletricidade (passando de 45% para 62% em quatro anos), investimento de 300 milhões no litoral, demolição de construções ilegais na orla costeira, novo regime de autoconsumo de energia, novo regime da mobilidade elétrica, reforma da fiscalidade verde, pacote clima e energia para 2030 e assinatura com organizações da sociedade civil do Compromisso para o Crescimento Verde - como foram mesmo reconhecidas no plano internacional. Não fizemos da crise uma razão para hesitar ou adiar mas uma razão adicional para liderar mundialmente no crescimento verde.

Mas de pouco serve o percurso de duas décadas ou o êxito das reformas concretizadas, quando a intenção é denegrir e não discutir ou informar. Tenho sido alvo, há três meses, de um ataque seletivo, mal-intencionado e bem orquestrado, sem verdadeira oportunidade de contraditório, a propósito da autorização há 11 meses de um contrato proposto pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) com a Portfuel. Num ato administrativo assente em legislação consensual desde 1994, autorizei, em junho, depois de 300 dias de análise pela DGEG e pelo Ministério, no meio de centenas de atos administrativos que pratiquei, um contrato para mapeamento de recursos geológicos (e não exploração) em Tavira e Aljezur, impondo condições ambientais muito mais exigentes do que as colocadas nos 17 contratos assinados nos últimos 20 anos por vários governos.

1. Este contrato autoriza a produção de petróleo ou apenas a prospeção?

A legislação portuguesa determina que, no mesmo contrato de concessão terão de estar previstas as regras sobre todas as fases do processo -prospeção, pesquisa e exploração. Mas não confere por si só qualquer direito ou autorização relativamente a cada fase. Isto é, o contrato da Portfuel relativo à área de Aljezur e Tavira, tal como outro autorizado na mesma data com a Australis para a Batalha e Pombal, destina-se ao conhecimento geológico do território, através de atividades de prospeção e pesquisa, e não dá quaisquer direitos de exploração e concessão. Só poderá haver exploração se depois das atividades de prospeção e pesquisa nos próximos oito anos (e não 25 como se tem dito) o Estado aprovar a Avaliação de Impacto Ambiental (com a correspondente discussão pública) e o Plano de Desenvolvimento e Produção de Petróleo. Vale a pena recordar que, das duas dezenas de contratos assinados nos últimos 20 anos, exatamente iguais a este, nenhum chegou à fase de exploração, limitando-se ao mapeamento dos recursos, permitindo ao Estado ter mais informação. Isto é, a Portfuel não obteve o direito a produzir petróleo mas apenas a fazer estudos de prospeção e mapeamento. Tudo o resto dependerá da decisão do Estado, participação obrigatória de cidadãos e autarquias.

2. Em que difere o contrato da Portfuel dos assinados por vários governos?

Este contrato é idêntico a todos os 17 contratos assinados nos últimos 20 anos, na esmagadora maioria por governos liderados pelo PS, baseados na legislação aprovada e aplicada consensualmente desde 1994, onshore e offshore, relativos às bacias Lusitânica (Australis), do Alentejo (Galp, EM, Kosmos), do Algarve (Repsol, Partex, RWE e Portfuel) e de Peniche (Repsol, Kosmos, Galp, Partex). Naquilo que difere, é mais ambicioso e exigente.

No meu despacho de 15 de junho, aprovando a proposta de concessão à Portfuel que me foi submetida pela DGEG e pelo meu secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, determinei que nas minutos do contrato teria de ser assegurada a sujeição a procedimento de avaliação de impacto ambiental no caso de prospeção e pesquisa para eventual exploração não convencional (fracking). À época, a legislação ainda não tomava obrigatória (o que passou a suceder em agosto, por nossa iniciativa) a avaliação de impacto ambiental na fase de pesquisa e prospeção em regime de fraturação hidráulica e, mesmo assim, obriguei a que isso fosse incluído nas minutos.

3. Foi assinado à pressa na véspera das eleições?

É inteiramente falso. O processo de concessão das áreas de Aljezur e Tavira iniciou-se há muito tempo, em 1994, quando, no

aviso publicado em Diário da República, se definiram os lotes que estariam disponíveis para negociação direta, tanto onshore como offshore. Foi com base neste aviso, complementado em 2002, que as empresas submeteram ao Estado, nos últimos 20 anos, duas dezenas de pedidos de contratos de concessão. Em novembro de 2014, a Portfuel submeteu à DGEG o requerimento para concessão das duas áreas previstas. Em janeiro de 2015 a DGEG submeteu ao secretário de Estado a proposta de decisão de atribuição da concessão à Portfuel.

A 16 de março de 2015, o secretário de Estado da Energia, depois de avaliado o processo, submeteu-me a proposta. Aprovei, em despacho assinado a 15 de junho (bem distante das eleições de outubro), a proposta de concessão à Portfuel e à Australis. A 9 setembro - e não, como se tem dito, no final desse mês - num normal ato de gestão corrente, aprovei as minutos do contrato relativo a uma decisão já tomada em junho e deleguei a assinatura na Entidade Nacional de Mercados de Combustíveis (ENMC), concluindo o processo administrativo. Isto é, ao contrário do que tem sido noticiado, de forma mal-intencionada, a minha decisão de atribuição da concessão foi tomada em junho e não em setembro.

Decorreram mais de 300 dias entre o requerimento entrado na DGEG e a assinatura do contrato por parte da ENMC. Ora, alei prevê que estes processos tenham de estar concluídos no prazo de 90 dias. Em suma, se há coisa de que poderia vir a ser acusado, é de ter demorado muito a tomar uma decisão que não poderia ultrapassar 90 dias (no limite 150). Aliás, a Portfuel estava a contestar, no plano legal, a demora. Logo, não era possível adiar e teria de haver uma decisão da minha parte. Sim ou não. Ora, essa decisão, proposta pela DGEG, dado que todas as questões técnicas e de idoneidade tinham sido asseguradas pelo proponente, só podia ser positiva. Não tínhamos argumentos para, à época, inviabilizar estes projetos.

4. As regras foram aligeiradas?

Pelo contrário. Não só as questões de idoneidade e capacidade técnica foram avaliadas pelos serviços - e só isso justifica que me tenha sido submetida uma proposta de aprovação - como foram, pela primeira vez, por mim incluídas normas ambientais mais exigentes. Neste tipo de processos de negociação direta (modalidade dominante nos últimos 20 anos), o requerente, tendo por base o mapa definido na legislação de 1994e2002, apresenta diretamente aos serviços da área da energia o pedido de atribuição da concessão.

Só no caso de estarem reunidas as condições estipuladas na lei a DGEG submete ao membro do governo o pedido. A decisão política sobre metodologia e mapa foi tomada em 1994 (até hoje sem contestação) e a condução do processo é realizada pelos serviços do Estado (DGEG e agora ENMC). Ora, os serviços técnicos têm dado provas de grande competência e idoneidade.

Quando uma empresa é recente, como é o caso da Portfuel, a DGEG impõe condições adicionais para assegurar as regras de idoneidade e capacidade. Isto é, como consta da informação que me foi remetida pelo secretário de Estado em março, a DGEG não só assegurou o cumprimento das normas técnicas e financeiras como impôs à Portfuel, atendendo ao facto de ter menos de três anos de atividade, condições mais exigentes, nomeadamente, a contratação de serviços técnicos e de especialistas. Agora é necessário verificar se essas garantias técnicas estão a ser cumpridas.

5. As compensações para o Estado foram baixas?

Tendo em atenção que em Portugal não foram ainda detetados recursos de gás e petróleo, afixação das royalties definidas nos contratos de concessão está alinhada com países nas mesmas circunstâncias. No caso da Portfuel não só as compensações estão alinhadas com essas referências internacionais como são superiores a contratos anteriores, como é o caso do Barreiro. Só nos primeiros oito anos, à Portfuel comprometeu-se a realizar investimentos de 2,5 milhões em atividades de prospeção e pesquisa (magnetismo, gravimetria, sísmica 2D e 3D, sondagens geológicas). O risco para os privados é claro: não têm garantias de que o Estado aprovará, em oito anos, seja por razões ambientais, económicas ou territoriais, a passagem à fase de produção, e ainda assim terão de realizar investimentos significativos no mapeamento geológico, garantindo ao Estado acesso a esta informação. Se o Estado autorizar a passagem à fase de produção, não só a empresa terá de fazer investimentos muito significativos como terá de devolver ao Estado 8% a 10% das receitas que auferir com a venda de gás ou petróleo (em linha com os contratos de países nas mesmas circunstâncias de Portugal).

6. A prospeção é incongruente com o combate às alterações climáticas?

O que está em causa neste contrato é a obtenção de informação (e não a produção) sobre os nossos recursos geológicos. Só uma mentalidade obscurantista e medieval pode defender que é preferível o país nem sequer conhecer os recursos. Se, dos 17 contratos assinados nos últimos 20 anos, resultar alguma oportunidade para a exploração de recursos geológicos, o país não poderá deixar de ponderar a opção tendo noção de que, por um lado, o combate às alterações climáticas terá um efeito dissuasor e penalizador da utilização de combustíveis fósseis, tomando a produção de petróleo menos rentável, e, por outro, o acréscimo de consumo de energia (incluindo hidrocarbonetos), em especial pelos países em vias de desenvolvimento, infelizmente, ainda motivará nos próximos anos um aumento do consumo de combustíveis. Logo, nos próximos anos de transição energética a nível global, a aposta nas renováveis para a produção de eletricidade não dispensará a utilização de alguns recursos petrolíferos.

Tenho uma forte convicção, há muito anos, de que tanto as metas ambiciosas de redução global das emissões de gases com efeito estufa como a impressionante evolução tecnológica na mobilidade elétrica tomarão a produção de petróleo um negócio com menor viabilidade económica. Essa é a razão pela qual não devemos confundir o interesse dos privados em fazer prospeção e a possibilidade de avançarem para a produção. Ao contrário do verificado nas últimas décadas a nível mundial, só projetos altamente rentáveis avançarão.

Questão diversa é esta: pode um membro do governo, apesar das suas convicções ambientalistas, impedir o cumprimento de uma lei aplicada consensualmente desde 1994, permitindo que se avance para o mapeamento? Não pode. Pode um membro do governo, apesar das suas convicções ambientalistas, impedir que o país possa conhecer os seus recursos geológicos? Não pode.

7. Trata-se de uma decisão definitiva ou condicional?

Este contrato de prospeção, igual a todos os anteriores, não permite fazer nada no terreno. Tudo tem de ser sujeito a autorização e avaliação. Até as operações mais banais como os estudos geológicos e de magnetismo. Por outro lado, foram aplicadas à empresa condições muito exigentes de verificação da capacidade técnica e financeira, tanto através da apresentação de documentos, relatórios e cauções, como da apresentação de exigentes planos de trabalho anuais.

O contrato confere ao Estado amplas condições de fiscalização e de extinção ou reversão no caso de incumprimento da empresa. Insisto, mesmo depois dos oito anos o Estado tem total capacidade para decidir autorizar a passagem à fase de produção, através da avaliação de dois instrumentos estratégicos: avaliação de impacto ambiental e plano geral de desenvolvimento e produção. Nada está garantido e tudo está condicionado à avaliação e à decisão do Estado. Andamos, pois, a discutir uma falsa questão.

O problema não está no contrato, igual a todos, nem na elegibilidade da empresa (foram apresentadas garantias adicionais). Está no cumprimento do contrato. Se o governo está tão seguro, como tenho lido das declarações do secretário de Estado Jorge Seguro Sanches, que o contrato assinado pela ENMC não cumpre alei, porque não o anula, preferindo remeter a avaliação para o conselho consultivo da PGR, adiando a decisão? Apenas porque isso permite prolongar o ataque político que me está a ser dirigido? Já agora, porque não envia para a PGR os outros 16 contratos assinados, em especial por governos PS, e que, ao contrário deste, não acautelaram a necessidade de avaliação de impacto ambiental na fase de prospeção?

E o que está a ser feito quanto ao cumprimento pela Portfuel das regras muito exigentes que foram impostas? Está a cumprir? Se não está, como vi noticiado no DN, isso não só prova que o contrato que autorizei que fosse assinado afinal era muito exigente e habilitava o Estado ao escrutínio e à avaliação, como demonstra que o governo, o PS e o Bloco de Esquerda estão muito distraídos quanto ao essencial, nomeadamente o cumprimento do contrato pela Portfuel. Isso sim deveria ser escrutinado. Mas, claro, isso não permitia o desenvolvimento da narrativa política predefinida.

(*) Vice-Presidente do PSD, ex-ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ARGONCILHE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Argoncilhe, para reunir, no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Auditório da Junta de Freguesia de Argoncilhe, sita no Largo Professor Joaquim da Silva Tavares, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, 18, - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h30.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os Militantes do Distrito, dotados de capacidade Eleitoral, conforme a respectiva Secção de inscrição: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, para reunir no próximo dia 02 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 15h00, com seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
- 2 - Eleição da Comissão Política Distrital
- 3 - Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
- 4 - Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital
- 5 - Comissão Distrital de Auditoria Financeira

LOCAL DE VOTAÇÃO

- Belmonte** - Salão da Junta de Freguesia de Belmonte
- Belmonte
- Castelo Branco** - Sede Distrital - Rua do Pina, 10 - Castelo Branco
- Covilhã** - Sede - Rua Rui Faleiro, 46-1º.Dtº - Covilhã
- Fundão** - Sede - Rua dos Restauradores, Lote 14 - Loja 3 - Fundão
- Idanha-a-Nova** - Rua Vaz Preto, 94 Loja-Idanha a Nova
- Oleiros** - Edifício da Santa Casa da Misericórdia - Praça do Município - Oleiros
- Penamacor** - Rua 25 de Abril, 66 -1º. - Penamacor
- Proença-a-Nova** - Rua Comendador Assis Roda, 57. Loja 53 - Proença-a-Nova
- Sertã** - Sede - Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal, 4 - Loja 3 - Sertã
- Vila de Rei** - Sede - Rua Dr. Eduardo de Castro, 6 - Vila de Rei
- Vila Velha de Ródão** - Sede Distrital - Rua do Pina, 10 - Castelo. Branco

Notas

- As Listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia, 29 Junho das 21h00 às 24h00.
- As Listas de candidatura dos Delegados de Secção, devem ser entregues aos Presidentes da Mesa Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir,

até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - Em todas as Secções deverão existir cinco urnas.
 - As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 02 de Julho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção

a) .Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital de Castelo Branco, que está aberta para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 27 de Maio de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita em Sobrado, Castelo de Paiva, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação e aprovação das contas 2015
2. - Apresentação do plano estratégico político 2016/2017
3. - Outros assuntos

**CONDEIXA – A – NOVA
CORRECÇÃO DO DIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa –a - Nova, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2016 (**sábado**), pelas 21h00., na nova sede, sita na Urbanização Nova de Conímbriga I, Lote B – 19 r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apreciação e deliberação sobre o plano de actividades e orçamento para o ano de 2016
- 3 - Análise da situação política

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Estremoz, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 18h00

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
2. - Análise da situação política nacional
3. - Análise da situação política local
- 4 - Outros assuntos

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 01 de Julho de 2016, (sexta-feira), pelas 17h00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra,

nº 31, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição dos Órgãos da Secção

a) - Mesa da Assembleia de Secção

b) - Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas de candidatos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estarão abertas das 17h00 às 23h00

LOUROSA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Lourosa, para reunir, no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na C.A.S.A, sita na Rua Comendador Sílvio n.º 107, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, 18, - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h30

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mangualde, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2016 (sábado), pelas 21h00., na Estalagem Cruz da Mata, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional
- 3 - Outros assuntos

MILHEIRÓS DE POIARES / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Milheirós de Poiares, para reunir, no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua da Igreja Velha n.º155, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da CPS, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, 18, - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h30

PAÇOS DE BRANDÃO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Paços de Brandão, para reunir, no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Junta de Freguesia de Paços de Brandão, sita no Largo da igreja, n.º 36, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, 18, - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h30

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 02 de Junho de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00., na sede sita na Praça do Almada, nº 7, escritório 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Outros assuntos

SÃO JOÃO DE VER / NUCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de São João de Ver, para reunir, no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, 18, - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h30

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 27 de Maio de 2016 (Sexta-feira), pelas 21h00., no Hotel do Parque - Termas de S. Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional
- 3 - Outros assuntos

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 02 de Junho de 2016, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação político-partidária;
- 3 - Intervenção política pelo Dr. Fernando Negrão

TRANCOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Trancoso, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016 (sábado) pelas 17h00 na sede, sita na Rua Chã, nº 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição dos órgãos da Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas, entre as 17h00 e as 19h00

VILA VIÇOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Viçosa, para reunir no próximo dia 24 de Junho de 2016, (sexta-feira) pelas 17h00 na Rua Florbela Espanca, 8 (em frente à farmácia da Torrinha), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, 48, que está aberta para o efeito até às 17h30
- As urnas estão abertas, entre as 17h00 e as 20h30



CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, venho por este meio, convocar a assembleia de plenário da JSD de Castelo de Paiva, para o próximo dia 3 de Junho de 2016, pelas 21 horas, na sede do PSD de Castelo de Paiva situada na rua Dr. Ribeiro Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e análise da situação política;
- 2 - Outros assuntos.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção do Seixal, para reunir no dia 31 de Maio de 2016, pelas 21h, na sede concelhia do PSD Seixal, sita na Rua do MFA, nº 11, 2845-380 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação Política Local;
- 3 - Análise da situação Política Nacional.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD da Sertã para reunir, no próximo dia 2 de Julho de 2016 (Sábado) pelas 10h00, na sede concelhia do PSD da Sertã, sito na Rua Dr. Ângelo Henriques Vidigal, Centro Comercial Avenida, Loja nº 3 6100 - 759 Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário da CPC da JSD da Sertã.

Nota:

As Listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da

Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD de Castelo Branco, sito na, Rua do Pina nº 10 6000 - Castelo Branco, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As mesas de voto irão estar abertas entre as 10h00 e as 12h00.

NÚCLEO DO BAIRRO - VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Núcleo da Freguesia de Bairro para reunir no próximo dia 24 de Junho (Sexta) de 2016, pelas 19h00 na sede, sita na Avenida Padre Manuel Joaquim Salazar, nº 90, Bairro, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário de Núcleo.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 19h00 e as 21h00.

NÚCLEO DA CAMPANHÃ - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Campanhã do concelho do Porto para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 25 de junho de 2016, pelas 21:00, na sede distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do núcleo JSD Campanhã.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23horas.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR NÚCLEO DE TURIZ - VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD Turiz, para o dia 17 de Junho de 2016, pelas 20 horas, na Sede da Junta de Freguesia de Turiz, sita no Lugar de Telheirinhas, n.º 17, na Freguesia de Turiz, em Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00m e as 22 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1.º de Maio, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Faro, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 09h30m, na Sede do PSD de Faro, sita na Rua Projectada à Estrada de São Luís, n.º 1, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 09h30m e as 11h00m.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Lagos, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 20h30m, na Sede do PSD de Lagos, sita na Rua Soeiro da Costa, n.º 48 - 50, em Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 20h30m e as 22h30m.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Loulé, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h30, na Sede do PSD de Loulé, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, em Loulé, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 18h30m e as 20h30m.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Olhão, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 20h00m, na Sede do PSD de Olhão, sita na Av. Francisco Sá Carneiro, n.º 23 – R/c Esq., em Olhão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 20h00m e as 22 horas.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Portimão, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 11h00, na Sede do PSD de Portimão,

sita na Rua Infante D. Henrique, n.º 110, em Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 11h00m e as 13 horas.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Tavira, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 11h00, na Sede do PSD de Tavira, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, n.º 9, em Tavira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presiden-

te de Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas entre as 11h00m e as 13 horas.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016, (sábado), pelas 18h00, na Rua Cândida Reis, n.º 98, em Vila Real S. António, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados residenciais ao III Congresso Distrital.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na seguinte morada, Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, em Faro.

As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20 horas.

CRONOGRAMA III CONGRESSO DISTRITAL DE FARO DA JSD

Conselho Distrital com marcação do Calendário Eleitoral e aprovação de Regulamento do Congresso Distrital	23. Maio. 2016
Envio de Convocatórias para eleições de Delegados Residenciais	24. Maio.2016 até às 12h
Publicação das Convocatórias e Regulamento do Congresso Distrital em Povo Livre	25. Maio.2016
Comunicação do rateio às Mesas dos Plenários Concelhios	Até 4 de Junho 2016
Envio dos cadernos eleitorais às respetivas Mesas dos Plenários Concelhios	Até 14.Junho.2016
Eleição dos Delegados Residenciais nas respetivas concelhias	25. Junho. 2016
Prazo limite para envio das atas eleitorais à Sede Nacional da JSD	1 de Julho.2106 até às 18h
Entrega de candidaturas aos órgãos distritais e Moções de Estratégia Global, na Sede do PSD Distrital	Até às 23h59 de dia 6 de Julho.2016
Entrega de Moções Sectoriais à Mesa do Congresso Distrital	7 de Julho.2016 até às 19h
III Congresso Distrital de Faro – Algarve da JSD, em São Brás de Alportel	9.Julho.2016

REGULAMENTO DO III CONGRESSO DISTRITAL DE FARO DA JSD

CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artigo 3º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, disciplinando o funcionamento do III Congresso Distrital de Faro da JSD.

Artigo 2º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD e regulamentos da JSD.

CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:
 a) A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;
 b) A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de uma moção de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 4º (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:
 a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;
 b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista nos Estatutos da JSD;
 c) Os representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.

2 – São ainda membros do Congresso Distrital, ainda que sem direito de voto:

- a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
- b) Os membros da Comissão Política Distrital;
- c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Congresso Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5º (Eleição de Delegados Residenciais)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt e a elaboração do respetivo rateio regem-se pelo dispos-

to nos Estatutos, Regulamento Eleitoral e Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD.

2. Até ao quinto dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.

3. Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia.

4. Compete ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios divulgar a informação constante no número anterior a qualquer militante que formule um pedido nesse sentido.

Artigo 6º (Direitos dos membros do Congresso Distrital)

Constituem direitos dos membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados.

Artigo 7º (Deveres dos membros do Congresso Distrital)

Constituem deveres dos membros do Congresso Distrital:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital e, em geral, para a boa imagem da JSD;
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 8º (Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou Associações de Estudantes da Região.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 9º (Data e Hora)

O III Congresso Distrital do Algarve da JSD decorrerá no dia 9 de Julho, no concelho de São Brás de Alportel e inicia-se pelas 10h00.

Artigo 10º (Quorum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

Artigo 11º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12º (Ordem de Trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apreciação do mandato cessante;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais;
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
- Eleição dos órgãos Distritais para o mandato 2016/2018, aprovação da moção de Estratégia Global e aprovação de militantes honorários (urnas abertas entre as 15 e as 18 horas, a decorrer em simultâneo com a restante Ordem de Trabalhos);
- Votação das moções sectoriais;
- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicação dos resultados;
- Jantar de Encerramento.

Artigo 13º (Uso da Palavra)

1. A palavra será concedida aos membros do Congresso Distrital para os seguintes efeitos:

- Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos e, querendo, de mais cinco minutos no fim da discussão;
- Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
- Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.

2. A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra.

3. A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14º (Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
- Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificados a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- Colocar à imediata votação todos os requerimentos admitidos;
- Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes da Mesa:

- Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções, nomeadamente no cumprimento no disposto nos Estatutos e demais Regulamentos da JSD;
- Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 16º (Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários da Mesa:

- Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;

- Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- Servir de escrutinador;
- Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 17º (Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital da JSD do Algarve – e apenas estes – devem, no mesmo prazo de apresentação das candidaturas, submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

3. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18º (Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, territórios em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e deverão ser subscritas por 15 Delegados ao Congresso Distrital ou por uma Comissão Política Concelhia.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital eleita no referente Congresso Distrital como orientações do mesmo, a executar nos moldes possíveis.

Artº 19º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

1. O 1º subscritor de uma moção sectorial, Delegado individual ou Comissão Política Concelhia, poderá retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas.

2. No caso de moções sectoriais subscritas por Comissões Políticas Concelhias, o Presidente da respetiva CPC subscritora deve indicar à Mesa qual o Delegado que fará a sua apresentação.

3. No caso de moções sectoriais subscritas por Delegados, a apresentação da Moção deve ser feita pelo 1º subscritor da mesma ou quem este indique à Mesa.

Artigo 20º (Candidaturas aos órgãos Distritais)

As Listas candidatas aos órgãos distritais devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o possa substituir nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Faro - Algarve.

Artigo 21º (Distinções Honorárias Distritais)

1. O Congresso Distrital pode atribuir como distinções honorárias:

a) A distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD, que se tenham notabilizado excecionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD;

b) A distinção de Militante Honorária Distrital atribuída a antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excecional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de quatro Comissões Políticas Concelhias e apurada através de maioria simples.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respetiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**Artigo 22º (Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente após a sua publicação.

**CONVOCATÓRIA
SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE AVEIRO**

Nos termos da alínea b) do art.º 50.º dos Estatutos dos TSD e do art.º 3.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos Bancários dos TSD do Distrito de Aveiro, para a Assembleia da Secção Laboral que se realiza no dia 29 de Junho de 2016, das 17H00 às 20H00, com mesas de voto a funcionar na Sede Distrital, sita na Rua D. Manuel B. Vasconcelos, 28 – Aradas – AVEIRO (Glicínias), para os militantes inscritos no caderno eleitoral dos concelhos de: AGUEDA – ALBERGARIA-A-VELHA – ANADIA – AVEIRO – ESTARREJA – ILHAVO – MEALHADA – MURTOSA – OLIVEIRA DO BAIRRO E VAGOS e na delegação de S. João da Madeira, do Sindicato dos Bancários do Norte, sita na Rua João de Deus, nº.85 – 1.º. Esq. Em S. JOÃO DA MADEIRA, para os militantes inscritos no caderno eleitoral dos concelhos de: AROUCA – CASTELO DE PAIVA – ESPINHO – OLIVEIRA DE AZEMÉIS – OVAR – SANTA MARIA DA FEIRA – S. JOÃO DA MADEIRA – SEVER DO VOUGA e VALE DE CAMBRA, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição do Secretariado da Secção Laboral.

Aveiro, 20 de Maio de 2016
Pel' O Secretariado Distrital de Aveiro

Ângelo José de Jesus Soares
Presidente

Nota: De acordo com o n.º 3, do art.º 4.º. Do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas entre as 17H00 e as 22H00 do dia 21 de Junho de 2016, na sede distrital dos TSD, sita na Rua D. Manuel B. Vasconcelos, 28 – Aradas – Aveiro.

